

## **CARTA DO ATO POPULAR DOS POVOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E CAMPONESES (as) DO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO PELO DIREITO À REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DA SPU NO NORTE DE MINAS**

Nós povos, comunidades tradicionais e camponeses (as) do alto-médio São Francisco, realizamos, hoje no dia 09 de maio de 2018, município de Manga-MG, ato popular em defesa do direito à realização das audiências públicas da SPU no norte de Minas. Declaramos também a autodemarcação das áreas da União onde existem terras indígenas, territórios quilombolas, pesqueiros, vazanteiros, ribeirinhos e camponeses localizadas na porção do Alto-médio São Francisco entre Pirapora (MG) e Cariranha (BA).

As audiências públicas são ferramentas fundamentais para garantir a participação popular nos debates sobre os passos do procedimento demarcatório das áreas da União, permitindo ao cidadão ter pleno conhecimento de todo o processo. Neste sentido, vimos apresentar o nosso repúdio:

- às instituições municipais de Manga, Juvenília e Matias Cardoso (prefeitura e Câmara de vereadores) em não cumprir sua função pública de acolher e não permitir a realização das audiências da SPU impedindo o órgão federal de exercer sua função socioambiental e informativa a respeito dos terrenos marginais da União.

Exigimos:

- o direito constitucional de ter acesso à informação sobre os terrenos marginais da União, bem como dos resultados do trabalho de demarcação realizado pela SPU na região;
- que o MPF intervenha junto às instituições públicas municipais interpellando sobre o não cumprimento de acolher as audiências da SPU.
- Que a SPU remarque as audiências o mais rápido possível e o MPF garanta a realização das mesmas.

Denunciamos:

- o exercício do poder de milícia da elite agrária da região frente ao Estado impedindo a realização das audiências públicas garantidas constitucionalmente;

- a degradação ambiental das Áreas de Proteção Permanente (APPs) do rio São Francisco e seus afluentes através da apropriação irregular das áreas da União, realizadas por grandes empreendimentos agropecuários;

- as outorgas de água emitidas pela Agência Nacional de Águas (ANA) para grandes projetos de irrigação que vêm provocando o secamento dos rios Japoré, Verde grande e São Francisco;

- fazendas e parques que não permitem o direito de mobilidade das comunidades de beira-rio, impedindo seus acesso aos serviços de saúde, educação e comercialização de seus produtos nas cidades;

- o agronegócio não é POP é o cativo que explora os trabalhadores rurais através do trabalho escravo e provoca historicamente crimes ambientais, acumula dívidas de multas e continua degradando as áreas da União sob proteção ambiental sem punição;

Este ato reafirma a unificação dos povos na luta pelos territórios tradicionais. Assinam comunidades, entidades de apoio e movimentos sociais abaixo.

#### COMUNIDADES PRESENTES:

Quilombo de Praia  
Quilombo da Lapinha  
Comunidade de Croatá  
Vazanteiros de Pau de Légua  
Vazanteiros de Pau Preto  
Povo indígena Xakriabá de Rancharia  
Quilombo de Malhadinha  
Quilombo da Primavera  
Quilombo de Curisco  
Vazanteiros da Ilha da Ingazeira  
Comunidades Geraizeiras

#### INSTITUIÇÕES DE APOIO:

Centro de Agricultura Alternativa (CAA-NMG)  
Comissão Pastoral da Terra (CPT-NMG)  
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP-NMG)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

MOVIMENTOS SOCIAIS:

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais

Associação dos Vazanteiros de Itacarambi

Articulação Vazanteiros e Quilombolas em Movimento

Vale dos Quilombos

Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP)

Articulação Nacional de Pescadores (ANP)

Liga dos Camponeses Pobres (LCP)

Movimento Feminino Popular (MFP)

Manga, 09 de maio de 2018.